

História Oral e Poder¹

Oral History and Power

Alessandro Portelli²

Universidade La Sapienza, Roma

RESUMO:

Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza, 2009.

Palavras-chave: História Oral; poder.

ABSTRACT:

Conference, XXV National Symposium of ANPUH, Fortaleza, 2009.

Key-words: Oral History; power.

Boa noite. Espero que vocês tenham paciência com meu espanhol, que é horrível e um pouco imaginário, mas é melhor do que o meu português, que não existe. Confiante, porque todas as pessoas que encontrei aqui no Brasil são muito gentis e acolhedoras, vou tentar. Porém quero, antes de tudo, agradecer à Telma³, à professora Adelaide⁴, à ANPUH e a todos os participantes deste Simpósio, porque estes dias têm sido muito interessantes e muito agradáveis.

Bem, para dar início ao tema, nos anos 50, o etnógrafo e antropólogo italiano Ernesto De Martino começava uma investigação sobre a cultura tradicional da Itália do sul, de Lucânia, Puglia – as regiões mais pobres e mais subdesenvolvidas, as mais ignoradas e excluídas de toda a nação italiana. Em um de seus artigos, ele escrevia: “Eu entrava nas casas desses camponeses pobres, olhando-os não só como informantes para um conhecimento antropológico, mas como cidadãos de meu país – cidadãos com os quais eu tinha a intenção de construir uma história compartilhada, uma história comum”.

Essa era a gente que o filósofo italiano Benedetto Croce dizia que estava fora da História, e que Ernesto De Martino, bem como outros historiadores e sociólogos italianos – Gianni Bosio, Danilo Montaldi, Rocco Scotellaro – tratavam de incluir na História como sujeitos ativos da política e da democracia que se ia construir no pós-guerra. Então, a coisa mais importante no trabalho com fontes orais, no trabalho de campo, é que não se trata de trabalhar com papéis, ou com coisas, ou com animais, mas

de trabalhar com seres humanos, com cidadãos, com nossos iguais. É um trabalho de relação e, como todos os trabalhos de relação, levanta questões políticas e questões éticas. Isso é fundamental.

Bem, o problema do poder e da ética no trabalho com fontes orais se coloca em distintos níveis: no da relação do historiador, do pesquisador, com as instituições do poder político, cultural e acadêmico; e no da relação entre o historiador e os sujeitos que nos ajudam a buscar uma história alternativa, uma História outra.

Por que buscamos fontes orais? Por que trabalhamos com elas? Não só porque as pessoas que entrevistamos possuem informações de que precisamos, que nos interessam. É mais do que isso. É porque há uma relação profunda, uma relação muito intensa, entre a oralidade e a democracia. Todos os meios de comunicação, do *scanner* ao *computer*, excluem uma parte da humanidade. Há pessoas que não sabem escrever ou ler; há pessoas que não manejam o computador; porém a voz, a oralidade, é um meio de comunicação que todos os seres humanos possuem e, de alguma maneira, controlam. Então, quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente.

Com frequência se diz que, na História Oral, damos voz aos sem voz. Não é assim. Se não tivessem voz, não teríamos nada a gravar, não teríamos nada a escutar. Os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute. Essa voz está incluída num espaço limitado. O que fazemos é recolher essa voz, amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra. Isso é um trabalho político, porque tem a ver não só com o direito à palavra, o direito básico de falar, mas com o direito de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas, na democracia.

O segundo nível remete à relação entre os historiadores e os narradores orais que entrevistamos. Porque, como eu dizia antes, não são objetos da investigação, mas sujeitos de um projeto compartilhado, de um diálogo entre entrevistado e entrevistador. Um diálogo em que os papéis se modificam, mudam, em que nem sempre é o historiador quem faz as perguntas, há perguntas colocadas pelo entrevistado. Há duas agendas que se encontram: a agenda do historiador, que tem perguntas, algumas coisas

que queremos saber; e a agenda do entrevistado, que aproveita a presença do historiador para contar as histórias que quer contar, as quais não são necessariamente as histórias que buscamos. E talvez, amiúde, são mais interessantes do que as histórias que buscamos.

Por exemplo, em Terni, que é uma cidade industrial, de fábricas de aço, na Itália central, eu buscava memórias da Resistência clandestina contra o fascismo nos anos 30. Entrevistei uma senhora cujo irmão estivera no movimento antifascista clandestino e fora uma pessoa bastante importante na Resistência. Mas a senhora não queria falar disso; ou melhor, queria falar disso, porém queria mais falar de outras coisas. A coisa importante de que ela queria falar era sua história de amor fracassada com um fascista nos anos 20 e 30. Quando eu perguntava sobre seu irmão, ela me respondia muito rápido e introduzia a história de seu namorado. Eu perguntava sobre o irmão e ela me falava sobre o namoro.

Enfim, pensei, a arte do diálogo é uma arte de paciência, é uma arte de flexibilidade: deixemo-la falar do que lhe interessa, depois voltarei a falar do irmão. Só que, no fim, não falei do irmão, porque a história de amor que ela contava era uma história que politicamente, historiograficamente, socialmente, era muito mais importante do que a história de um antifascista a mais, que já havia muitas. No livro que Telma acaba de mencionar, *“Biografia de uma cidade”*⁵, há três linhas sobre o irmão antifascista, entre outras, e um capítulo inteiro sobre essa história de amor. Porque a subjetividade, os sentimentos, as paixões são coisas de História que talvez sejam mais importantes do que as coisas da política; são uma política mais funda, mais radical, que faz parte do sangue e das veias das pessoas com quem falamos. Então, a entrevista não é um ato de extrair informações, e sim o abrir-se de um espaço de narração, um espaço compartilhado de narração, em que a presença do historiador oferece ao entrevistado alguém que está ali para escutá-lo, coisa que não lhe ocorre com frequência.

Todos conhecemos a experiência de anciãos que têm filhos e netos que não os deixam falar: “Não, papai, vovô....De novo essas histórias sobre a guerra mundial, que tédio!”. E chega uma pessoa que, profissionalmente, está ali para escutá-los falar da História da Guerra Mundial que seus netos e filhos não querem escutar. O que se oferece é uma possibilidade de fala, é um espaço narrativo em que a agenda do historiador e a agenda do entrevistado se encontram. Há uma negociação, há uma troca de perguntas e de respostas: nem todas as perguntas têm respostas, nem todas as respostas têm perguntas e se procede dialogicamente. Por isso, se coloca na entrevista a

questão do poder: quem tem o poder na entrevista?; quem está no controle da entrevista?

O historiador oral Michael Frisch fala da História Oral como uma *shared authority*, uma autoridade compartilhada. Porque podemos ser professores e catedráticos entrevistando uma analfabeta; porém, na entrevista, quem tem o saber de que se necessita é a analfabeta. Nós estamos ali porque não sabemos coisas que os entrevistados sabem. Trata-se de uma experiência de aprendizagem para nós, para o historiador, e é uma experiência em que a relação entre quem ensina e quem aprende se inverte, se troca.

Em Kentucky, nos Estados Unidos, fui fazer entrevistas com mineiros. Todos me haviam dito que, em Kentucky, não queriam falar com estrangeiros, com gente desconhecida, com gente de fora. Passaram alguns anos e todos falaram, todos eram muito gentis, muito abertos. Perguntei a uma das minhas entrevistadas, uma senhora que trabalha nas minas e também escreve poesias: “Por que todos me tratam assim, bem? Por que são todos tão abertos?” E ela me respondeu: “Bom, primeiro, você não é de Nova York, não é de Chicago, quer dizer, não vem dos lugares de onde vieram os missionários, os sociólogos, os capitalistas, até mesmo os militantes de esquerda, todos os que vieram a Kentucky para dizer à gente o que tínhamos que fazer, para ensinar-nos coisas. Primeiro, o lugar de onde você vem; segundo, se vê muito bem que você não sabe muito sobre minas e sobre este lugar. Está somente tratando de aprender um pouco, de aprender algumas coisas. E a gente fica muito contente de ajudar.”

Ora, o que eu tinha, o que eu levava para a entrevista era minha ignorância, meu desejo autêntico de aprender. E eles me ajudavam porque o poder estava em suas mãos, porque tinham o saber que me faltava e a possibilidade de oferecê-lo, de proporcioná-lo a mim, ou de retê-lo; de falar ou de calar-se. Tinham esse poder e estavam muito contentes em exercer esse poder, em ajudar esse pobre professor europeu, vindo do outro lado do mar, que não sabe nada de nossa vida e do nosso trabalho, e que trata de aprender algo.

Bem, então a entrevista se coloca em um contexto sócio-histórico no qual existe uma diferença, e essa diferença, amiúde, é uma diferença que cria uma desigualdade entre o historiador, o entrevistador, e o entrevistado. Porque se é verdade que o entrevistado tem o poder do controle do saber que buscamos, socialmente o historiador pertence a uma classe que tem mais poder do que a classe da maioria das pessoas que entrevistamos.

É a diferença que faz com que a entrevista seja interessante, porque aprendemos algo se falamos com alguém diferente, alguém distinto de nós; mas essa diferença é também diferença de poder social e de poder cultural. Na situação de entrevista, a desigualdade é o argumento implícito, não dito, que se coloca subterraneamente, e que é o tema fundamental do diálogo: duas pessoas que vivem em uma desigualdade de poder de classe, de gênero, de educação, de gerações se falam na intenção de se falarem como se fossem iguais, sabendo bem que não o são.

Assim, a entrevista é um experimento de igualdade, é um momento utópico – momento utópico em que tratamos de imaginar como poderia ser o mundo se o camponês pobre e o professor catedrático fossem política e socialmente iguais. É um momento utópico e também um momento crítico, porque se reconhece a injustiça social que tratamos de iluminar, de criticar e de destruir. Logo, não há técnicas de entrevista, mas éticas na entrevista: respeito, paciência, flexibilidade, paixão autêntica de conhecer os outros e de estar com eles em uma história compartilhada, como dizia Ernesto De Martino.

O próximo nível concerne ao que fazemos quando acaba a entrevista, porque, quando a entrevista termina, voltamos para casa, para a universidade, e começamos a escrever nossos artigos, nossos livros, ou a fazer nossos vídeos, nossos documentários, ou algo assim. E, nesse momento, o poder está em nossas mãos. Porque a palavra que recebemos é uma palavra alheia; porém a palavra que escrevemos, essa é nossa, essa está em nosso nome, aquele que aparece na capa dos livros que escrevemos. Mas essa palavra nossa, esses livros que levam nossos nomes não os produzimos somente com nossas palavras; nós os produzimos com as palavras alheias que os entrevistados nos confiaram no encontro dialógico. Pois a relação entre o entrevistador e o entrevistado não se acaba ao desligar o gravador ou a câmera de vídeo; ela continua, continua na responsabilidade que nos confiam no momento em que nos dão de presente ou nos emprestam essas palavras, esses contos que não nos pertencem; que, como dizia Woody Guthrie, um cantor popular e poeta proletário norte-americano, não são nossa propriedade privada. São palavras que recolhemos, que temos em confiança, para delas fazer o melhor uso possível em nome daqueles que as confiaram a nós.

É preciso, então, que as palavras que utilizamos em nosso trabalho permaneçam propriedade dos entrevistados. Não sei se juridicamente, mas moralmente são propriedade de seus autores originais. Nós as pomos em nossos livros, mas não são propriedade nossa; não estão em nosso poder moralmente, eticamente e politicamente.

Porque a doação, o presente, o empréstimo, o confiar das palavras implica a responsabilidade. O poder que temos, o poder do historiador quando termina a entrevista, consiste sobretudo no tipo de poder que falta aos entrevistados. Os entrevistados nos deram a voz, não fomos nós que a demos a eles; eles nos deram a voz que nos permite escrever livros onde estão vozes e, através de nós, através de nosso poder político, acadêmico, cultural, através de nossa atividade científica ou de publicação, jornalística ou o que seja, esta palavra privada e quase nunca ouvida, dos pobres, dos excluídos, dos marginais se torna parte do discurso público, se torna fonte histórica.

Quando escrevi meu livro sobre Terni, “Biografia de uma cidade”, comentado aqui, aos partisanos antifascistas que eu havia entrevistado não parecia uma coisa muito significativa que suas entrevistas, seus nomes, aparecessem no meu livro – “Bem, esse é Sandro, que escreveu seu livro”. Eles se deram conta de que algo havia acontecido apenas quando suas palavras, suas vidas, que estavam em meu livro, foram citadas em outros livros, como aquele, muito importante, de Claudio Pavone, que é a História clássica da Resistência na Itália. Foi quando encontraram suas palavras não em meu livro, mas no livro de um historiador muito mais importante do que eu, que se deram conta de que, falando comigo, suas memórias, suas experiências da Resistência e da luta antifascista tinham saído do espaço local, do espaço privado, e se haviam tornado parte do discurso historiográfico compartilhado da História do antifascismo no nosso país. Então, o problema é: o que acontece com essas palavras quando as tiramos de seu contexto e as oferecemos ao uso público, quando se tornam fontes históricas?

Vejam, a responsabilidade mais importante que temos é com os entrevistados. Somos mediadores, somos como um canal em que as palavras passam de um espaço comunicativo a um espaço mais amplo. E a responsabilidade, a primeira responsabilidade é a de representar os entrevistados com sua linguagem, com sua subjetividade, é a de apresentá-los de uma maneira que eles queiram aparecer na esfera pública. No momento em que suas palavras se tornam parte do nosso discurso, é preciso que não causemos dano, que as citemos com respeito, sem paternalismo, sem humilhá-los.

Há uma linha muito complexa, muito difícil, entre o respeito para com a expressão oral, em que está muito do poder comunicativo, e o desejo dos entrevistados de não aparecer como se não fossem capazes de falar corretamente. Sendo assim, a negociação que começara na entrevista prossegue na transcrição e, sobretudo, na

maneira como editamos essas palavras que são alheias, que não pertencem a nós, em como as apresentamos publicamente. Uma coisa que é mais fácil agora, com todos os meios disponíveis, como o *e-mail* e tudo o mais, é submeter aos entrevistados as citações que vamos utilizar em nossas publicações e ver se se reconhecem nelas. Porque eventualmente preferem alterar algo, ou modificá-lo, e às vezes as mudanças que querem são alterações que, de alguma maneira, destroem o poder comunicativo da oralidade. Então a negociação continua e há um debate: que palavras vamos utilizar?; como vamos escrevê-las?

A ética da entrevista, a ética da História Oral, não se resolve, portanto, com a obtenção de uma ficha com a autorização para publicar; ou isso é apenas uma proteção para nós, para que não possam levar-nos aos tribunais. Porém a coisa mais importante é que o respeito para com as pessoas e as palavras vivas com que trabalhamos prossiga, continue no trabalho de publicação, no trabalho público. O mesmo vale quando colocamos as fitas ou as gravações em um arquivo, porque o problema é que o arquivo existe para que pessoas que não fizeram as entrevistas tenham acesso a elas e possam usá-las em um trabalho histórico. Bem, essas palavras nos foram confiadas não em abstrato, nos foram confiadas pessoalmente; portanto, continuamos responsáveis pela utilização que os usuários de arquivos delas farão. Se alguém utiliza uma entrevista que eu fiz e coloquei no arquivo, é minha responsabilidade assegurar-me de que o entrevistado o saiba, ou, se não o sabe, que haja um controle sobre a utilização eticamente e politicamente correta.

Por isso, o que me fascina na História Oral é a experiência pessoal da entrevista, é entender todas essas histórias extraordinárias. O que considero fascinante é que, quando se escreve a História Oral – porque o que falamos na História Oral, depois escrevemos –, temos que escrever algo que se possa ler. Não é uma questão de fidelidade, pois não existe fidelidade quando transformamos um discurso oral maravilhoso em uma página escrita que não se pode ler, numa adaptação mecânica; é preciso, isso sim, que haja memória da origem oral. Pois as palavras que estão em nossos livros não se originam como texto, mas como performance, como busca da palavra, como tentativa de encontrar uma palavra justa para dizer algo que, com frequência, nunca disseram a um desconhecido, a um historiador. É, pois, um estilo de escritura que se situa numa linha entre o texto e a performance; entre palavras fixas, escritas, e palavras que se movem, palavras vivas, faladas. Não apenas isso, senão que o monólogo da escritura acadêmica – toda escritura, aliás, tende a ser monólogo – se

transmuta em um diálogo, em um coro, em que atuamos como diretores de orquestra, ou diretores de cena, que é expressão de uma pluralidade de vozes e de sujeitos.

O discurso da História Oral, então, é um discurso contaminado, é um discurso multivocal, é um discurso que tem uma multidão de autores. Não só o que assina a capa ou que tem o nome no artigo, pois os autores são todos os que falaram e que estiveram no diálogo para que este livro, este artigo, existisse.

Enfim, o nível mais difícil, o das relações políticas, éticas e de poder. Trata-se da relações que temos, como intelectuais, e como intelectuais conscientes de nossa função social, com o poder político, cultural e acadêmico.

A História Oral não se originou como prática acadêmica. Na Itália, não há acadêmicos que tenham chegado à Universidade fazendo História Oral. Eu ensino Literatura Norte-Americana; outros estão desempregados, outros fazem outras coisas. A História Oral se originou nas margens, não só nas margens da academia, mas nas margens da política. Historiadores, sociólogos, ativistas como Ernesto De Martino, Gianni Bosio, Danilo Dolci, Danilo Montaldi, Cesare Bermani, e mesmo Luísa Passerini, todos tiveram problemas, não só com a academia – muitos deles nunca tiveram espaço na academia –, mas igualmente com a política. Porque levaram a sério a tarefa fundamental de todo trabalho intelectual, que é falar a verdade ao poder.

Esta é uma tarefa que todos temos como cidadãos, mas que é uma tarefa mais específica quando somos especialistas da palavra, especialistas da fala. Assim, falar a verdade ao poder é uma tarefa específica da História Oral, do trabalho de campo e do trabalho que se funda em relações pessoais entre sujeitos. E quando eu dizia falar a verdade ao poder, Bosio, Montaldi, Dolci falaram a verdade também ao poder da esquerda, também ao poder dos líderes dos partidos oficiais do movimento operário. Eram todos heréticos, eram todos marginais, e dessa margem começou a História Oral como compromisso ideal, ético, político.

Agora, estamos neste lugar maravilhoso, e neste simpósio tão importante, e é a primeira vez que nos damos conta de que a História Oral, por muitos anos rechaçada, menosprezada, agora ganhou o respeito das instituições acadêmicas, das instituições culturais. Isso é uma coisa muito importante, é o resultado do trabalho que todos fizemos para afinar nossos métodos, para sermos mais conscientes dos paradigmas metodológicos e cognoscitivos, dos procedimentos de investigação, de tudo isso. É, portanto, uma vitória; mas o direito da História Oral de ser respeitada não quer dizer que ela se tenha tornado respeitável. Não quer dizer que ela se tenha tornado simplesmente

uma ferramenta como qualquer outra na pluralidade de ferramentas do trabalho profissional da História. É algo mais, porque toda História é algo mais: não só conhecimento do passado, mas intenção de mudar o presente e o futuro.

Essa mudança começa no momento mesmo da entrevista. Porque eu sempre acreditei que se você, como entrevistador, não sai da entrevista diferente de como nela entrou, e se o entrevistado não sai da entrevista diferente de como nela entrou, a própria entrevista, não que tenha sido um fracasso, mas não desenvolveu todas as possibilidades do encontro e do diálogo. É fácil ver que o entrevistador muda, pois aprendemos muitas coisas. Porém a entrevista é também um desafio que colocamos ao entrevistado, porque ele tem que organizar a narrativa, o conto, a interpretação de sua vida de uma forma nova, de uma forma mais complexa e de uma forma que alguém que não faça parte de sua comunidade, possa entender. Então esse é o desafio: o de aprofundar sua compreensão de sua própria história, sua própria experiência. A mudança começa na entrevista e continua, porque esse diálogo põe em pauta o reconhecimento do significado, da importância cultural do mundo dos entrevistados. A mudança que buscamos é uma mudança que dê mais poder aos sem-poder. E que lhes dê mais poder para que a sua cultura seja reconhecida como cultura. Para que se reconheça que não há somente uma cultura, a das elites, somente uma maneira de fazer cultura e que seja essa a maneira; que existe uma pluralidade de culturas, de níveis culturais, e que há uma luta de classes na cultura, na arena cultural – uma luta de classes não menos importante do que a luta de classes que existe no nível econômico, ou político, porque a luta de classes na cultura é a base do reconhecimento dos sujeitos que têm direitos, que têm saberes, que têm uma identidade. É, então, o início de uma mudança de relações de poder.

Dizia Gianni Bosio, historiador italiano: “A intenção do trabalho cultural é de armar a classe de suas próprias armas, de fazer de modo que os excluídos, os explorados, os marginalizados se dêem conta da importância de suas vidas, de seu saber, de suas palavras. E se dêem conta de que é um saber social, é um saber coletivo. E que nós, os intelectuais, que trabalhamos nessa arena, devolvamos seu saber de uma maneira mais crítica, mais analítica, do que como o recebemos. Trata-se não só de recolher as suas histórias, de recolher as suas palavras. Isso é só o primeiro nível. Então vem o trabalho de analisá-las, de conectá-las, de levá-las a um nível de análise superior, e depois de trazê-las de volta às fontes”. Bosio também dizia que o trabalho cultural só pode desenvolver-se em condições de liberdade e de igualdade. Portanto, o trabalho cultural, para sua própria vida e sua própria verdade, necessita criar as condições de sua

própria existência e possibilidade. Isso é dizer que o trabalho cultural precisa tornar-se trabalho político de igualdade, de dignidade, de liberdade, para ser trabalho intelectual, para ser trabalho cultural. Em condições de falta de liberdade, de falta de igualdade, o trabalho cultural está “menorizado”, está em condições de “minoría”, de falta de crédito.

Vejamos um exemplo de como o trabalho cultural se transforma em trabalho político na Itália, agora. Bem, a coisa importante é que quando falamos em memória, não falamos de um “espelho do passado”, mas de um fato do presente, porque o conteúdo da memória pode ser o passado, mas a atividade de recordar, a atividade de contar a história do passado é uma atividade do presente, e a relação que se coloca é uma relação entre presente e passado. É agora que recordamos, é hoje que falamos do passado, que contamos o passado. E a memória não é só um espelho de fatos, mas um fato histórico: a própria memória é um fato histórico em si. Não há apenas uma memória da História, há também uma história da memória: como muda, no curso do tempo, a maneira de recordar fatos históricos.

Na Itália, um dos motivos pelos quais a História Oral tem sido reconhecida é que, desde a metade dos anos 90, a questão política da natureza da democracia se colocava como questão de memória histórica. Porque a base da democracia italiana, a base dessa Constituição italiana de que muito nos orgulhamos, dessa Constituição maravilhosa, se situa no movimento de Resistência Antifascista dos anos 1943-45. A democracia italiana é criada como uma narração de origens, que é uma narração antifascista. Na metade dos anos 90, a direita então no poder, na Itália, é uma direita que diz que não é mais fascista; no melhor dos casos, é uma direita que não considera o antifascismo um valor positivo. É uma direita racista, a Liga do Norte, e o discurso político da direita anti-antifascista que domina hoje na Itália, e que controla a maioria dos meios de comunicação, é um discurso de revisionismo histórico, é um discurso que se coloca contra a narração antifascista da Resistência. Sendo assim, a maneira como se recorda a Resistência não é só uma questão de batalha de historiadores, de batalha historiográfica, mas uma questão que implica as perguntas: em que país estamos vivendo?; quais são os valores e os princípios de nossa vida social compartilhada? Agora, a TV, a maioria dos meios de comunicação, o discurso político também – inclusive vindo de parte do que foi a esquerda – é um discurso que diz que não havia, na verdade, uma diferença entre os fascistas, que lutavam ao lado dos nazistas, e os partisanos, já que os partisanos eram comunistas e os comunistas são todos criminosos. Então era a mesma coisa, no melhor dos casos; ou eventualmente os fascistas eram até

melhores porque eram patriotas, enquanto os partisanos estavam a serviço de Stálin, ou algo assim.

Nesse sentido, o trabalho sobre a memória da Resistência, sobre a memória do antifascismo, é uma tarefa ideal, ética e política contemporânea. A maneira como os entrevistados nos contam o que recordam da guerra, da Resistência, do movimento operário dos anos 50 e 60, dos movimentos estudantis de 1968, toda essa memória sofre um “deslocamento” – o poder hoje quer apagá-la. Analisar criticamente essa memória e tê-la presente no discurso político, no discurso público, no discurso historiográfico não é só uma questão de fazer uma História profissionalmente, academicamente correta. É isso também, porque o revisionismo histórico não tem nada de científico nem de academicamente respeitável; é, portanto, uma tarefa acadêmica, uma tarefa científica. Porém sua primeira função, sua função mais importante, é uma função política e ética. Digo política porque se trata de lutar contra as ideologias que têm o poder atualmente e de proteger a Constituição. Mas é também uma questão ética, porque o antifascismo, hoje, não é só repetir as batalhas de sessenta anos atrás: é uma questão de relações entre pessoas vivas, agora. O antifascismo hoje é a prática cotidiana do anti-racismo, do anti-sexismo. O antifascismo hoje significa opor-se às leis racistas que acabam de ser aprovadas pelo parlamento italiano, bem como a uma cultura da mídia, e de poder, que despreza as mulheres e o corpo das mulheres, tratando-as como símbolo de status, como algo a consumir.

Para concluir, é uma questão política e moral, porque a concentração do poder da palavra, do poder de comunicação em pouquíssimas mãos – todas as televisões da Itália são controladas por somente uma pessoa, Silvio Berlusconi⁶ –, porque a concentração do poder da mídia, dos jornais, da televisão em poucas mãos, controladas pelo poder político, nos coloca as questões políticas e éticas de encontrar outros espaços de palavra livre, outros espaços de comunicação alternativa.

E por último: se buscamos palavras, é porque o direito mais fundamental é o direito de falar e de ser escutado. Muito obrigado.

¹ Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH. Fortaleza, CE, 13.07.2009. Transcrição de Luiz Henrique dos Santos Blume, a partir do arquivo em áudio.wmp. Tradução de Luiz Henrique dos Santos Blume e Heliana de Barros Conde Rodrigues.

² Professor de Literatura Americana na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade La Sapienza, em Roma. É encarregado do Conselho da Prefeitura de Roma para a Tutela e a Valorização da Memória Histórica da Cidade. Fundou e preside o Círculo Gianni Bosio para o conhecimento crítico e a presença alternativa das culturas populares. Faz parte do Conselho Diretor do IRFSIFAR (Instituto Romano para a

História da Itália do Fascismo à Resistência) e da Casa da Memória. Colabora com o Jornal *Il Manifesto* desde 1972. Tem escrito e produzido artigos, ensaios, organizado livros principalmente sobre memória, história oral, a luta contra o fascismo e as culturas populares. As suas paixões são a igualdade, a liberdade, o ensino, a música popular, a memória, escutar e narrar sobre pessoas, e livros, e filmes, e o “rock’n roll”. Entre suas principais publicações no Brasil, destacam-se: *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Ed. Letra e Voz, 2010; O que faz a História Oral diferente? *Projeto História 14: Cultura e Representação*. Revista do PEPGH e do Departamento de História da PUCSP. São Paulo, Educ, fev. 1997; “A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais.” *Revista Tempo*, vol 1.n.º 2, 1996. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará; “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29.06.1944): mito e política, luto e senso comum”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. (orgs.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

³ Telma Bessa. Coordenadora da mesa. Realizou estágio PDEE na Universidade La Sapienza, Roma, com o professor Alessandro Portelli.

⁴ Adelaide Gonçalves, vice-presidente nacional da ANPUH e professora do Departamento de História da UFC, coordenadora local do XXV Simpósio Nacional da ANPUH.

⁵ Alessandro Portelli. *Biografia di una città : storia e racconto : Terni, 1830-1985*. Torino: Einaudi, 1985.

⁶ Presidente do Conselho de Ministros da Itália.